

1 **ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL**  
2 **DE PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2012.**  
3

4 Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Auditório da  
5 Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro,  
6 Macapá-AP, às dezesseis horas e vinte nove minutos, teve início a décima primeira  
7 reunião ordinária do Conselho Estadual de Previdência, na direção do Presidente,  
8 senhor **CARLOS ROBERTO DOS ANJOS OLIVEIRA**, que cumprimentou os  
9 Conselheiros Titulares e Suplentes e demais presentes. Em seguida, apresentou o  
10 **ITEM 01 da PAUTA - LEITURA DO EDITAL** número, zero, um, seis, de dois mil e  
11 doze, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência, Membros do  
12 Conselho Fiscal da Amapá Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e  
13 Financeiro e Procuradoria Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nessa  
14 sessão. **ITEM 02 – VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os  
15 membros Titulares e Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte  
16 ordem: **FERNANDO CEZAR PEREIRA DA SILVA**, presente, **DELCIO FERREIRA**  
17 **MAGALHÃES**, ausente representado por sua Suplente **IVONE REGINA MUSSI**  
18 **TOSTES**, presente, **JULIANO DEL CASTILO SILVA**, ausente, representado por seu  
19 Suplente **LUIZ AFONSO MIRA PICANÇO**, presente, **JUCINETE CARVALHO DE**  
20 **ALENCAR**, ausente, **PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA**, presente, **JORGE**  
21 **IVALDO EDINHO DUARTE PINHEIRO**, presente, **DAMILTON BARBOSA**  
22 **SALOMÃO**, presente, **MARICÉLIA CAMPELO DE ASSUNÇÃO**, ausente, **MARCIO**  
23 **RONEY NEVES SOUSA**, ausente, representado por seu Suplente **RILDO**  
24 **FREDERICO FERREIRA**, presente, **MARIA DAS GRAÇAS LIMA DE ALMEIDA**,  
25 presente, **LYZIANE TAVARES ALVES**, ausente, **LADILSON COSTA MOITA**,  
26 presente, **LOURIVAL PINHEIRO BORGES**, presente, **XIRLENE DO SOCORRO**  
27 **COSTA**, presente. Representantes do COFISPREV Conselheiro Benedito Balieiro  
28 Ferreira e Alvino Boucinha. Representantes da PROJUR/AMPREV, Dra. Eliane  
29 Barbosa Feio e Dr. Weber Mendes Fernandes. Presente a Diretora de Benefício sra.  
30 Alessandra Araújo, presente a Diretora Financeira sra. Francicleide Marinho, presente  
31 a Gerente Financeira sra. Elisabete Penafort. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS**  
32 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** Maricélia Campelo de Assunção e Jucinete  
33 Carvalho de Alencar justificaram. Ao início dos trabalhos o Conselheiro Damilton pediu  
34 uma questão de ordem para saudar o Presidente interino Sr. Carlos Roberto,  
35 desejando toda sorte na administração da Amapá Previdência. **O Presidente**  
36 agradeceu e falou que independente do tempo de sua interinidade dará força ao

37 Conselho, a AMPREV, e fará o melhor em prol da instituição. O **Conselheira Ladilson**  
38 fez lembrar de pendência em relação ao pedido de informação sobre as dívidas  
39 previdenciárias com os poderes. O Presidente sanou a pendência com as informações  
40 a serem passadas em reunião extraordinária que será marcada posteriormente.  
41 **PAUTA – ITEM 04 - Aprovação de indicação da servidora Aline Trajano de**  
42 **Oliveira para substituir o Sr. Carlos de Oliveira no Comitê de**  
43 **Investimentos/AMPREV;** o Sr. Presidente explicou que em virtude da indicação para  
44 presidente interino da AMPREV, não pode conduzir os trabalhos como coordenador e  
45 membro do CIAP-AMPREV, diante disso a indicação da servidora para substituição,  
46 visto que o Presidente indica o substituto e os conselheiros votam conforme seu  
47 posicionamento a favor ou contra, e disse que por impossibilidade a servidora não  
48 pôde comparecer a reunião. O Sr. **Paulo Madeira** falou que é importante para a  
49 votação à presença da servidora para o conhecimento do Conselho. O **Presidente**  
50 inverteu a pauta deixando este item para ser tratado após e ressaltou que o nome da  
51 servidora foi aprovado pelo Comitê de Investimentos – CIAP. O Sr. **Fernando César**  
52 sugeriu que a Secretaria entre em contato com a servidora para comparecer a reunião,  
53 e pediu uma questão de ordem em relação ao pedido feito sobre as dívidas com os  
54 poderes, e frisou que de acordo com o regimento pode ser apreciado em reunião  
55 ordinária item não constante em pauta, e se possível ser repassada as informações na  
56 reunião de hoje. O Sr. **Ladilson** pediu a inclusão do item nesta pauta. O **Presidente**  
57 informou que está sendo providenciadas as informações e se possível será incluso  
58 nesta pauta. O Sr. **Fernando** lembrou do pedido feito por Paulo Madeira onde  
59 solicitava que as informações documentais fossem passadas com pelo menos cinco  
60 dias de antecedência aos conselheiros, e informou do pedido da presença do  
61 Procurador Jurídico da AMPREV que não foi apresentado ao Conselho, e do pedido  
62 de comparecimento também da importância da Diretoria Financeira nas reuniões. O  
63 Sr. Presidente pediu desculpas pelas pendências, e a partir de sua presidência interina  
64 no CEP buscará atender a todos os pedidos feitos. O Sr. **Paulo Madeira** falou que por  
65 questão de bom senso não se pode exigir que o presidente que está assumindo agora  
66 tenha conhecimento de todos os pedidos e requerimentos, e concordou que esses  
67 pedidos fossem feitos em outra ocasião. O Presidente encaminhará todos documentos  
68 informativos para os conselheiros. **PAUTA ITEM 05 - Informações sobre o**  
69 **andamento da CPI da AMPREV, e se todos os pedidos daquela CPI feitos á**  
70 **AMPREV foram atendidos;** o Sr. Presidente pediu que a **Dra. Eliane Feio**, uma das  
71 responsáveis na Comissão de atendimento a CPI que fizesse as explicações quanto

72 ao pedido. A Dra. Eliane iniciou dizendo que o pedido foi feito desde o ano de 1999,  
73 porém alguns documentos não existiam, foram entregues todos os documentos  
74 existentes, todos os 50 ofícios foram atendidos, onde foi feito pedido extenso ao  
75 assunto para qual a CPI foi criada. As informações foram repassadas por planilha a  
76 todos os conselheiros, e até o momento a Assembleia não encaminhou o relatório final  
77 da CPI, e abriu espaço para questionamentos dos conselheiros. O Conselheiro **Paulo**  
78 **Madeira** perguntou para efeito de conhecimento se os documentos que a Amprev  
79 possui sobre a CPI são microfumados ou físicos. A **Dra. Eliane** respondeu que eram  
80 todos físicos. O Conselheiro **Fernando** expôs a sua preocupação sobre o atendimento  
81 de todos os pedidos da CPI, pois houveram assuntos que chegaram a ser tratados no  
82 plenário do CEP que ficaram sem encaminhamentos, e se o mesmo não havia  
83 ocorrido com os atendimentos á CPI, daí a falta de finalização do relatório pela  
84 Assembleia, e por fim perguntou á Dra. Se algumas das documentações pedidas pela  
85 CPI não existem ou não foram encontradas. A Dra. Eliane informou que o Comitê  
86 passou a existir no ano de 2008, e a CPI pediu atas desde 1999 á 2012, por isso não  
87 foi encaminhado pois não haviam documentos anteriores a 2008. O Sr. Ladilson falou  
88 da demora nas atas do CIAP, COFISPREV e CEP, que precisa ser resolvida, e  
89 sugeriu que as atas estejam prontas em 72horas após as reuniões. O Conselheiro  
90 **Paulo Madeira** sugeriu que fosse feito pedido oficiado a CPI para prestar as  
91 informações de quando será encaminhado o relatório final. A Dra. Eliane informou que  
92 a CPI já perdeu o objeto, e que já foi encaminhado este pedido, porém não foi  
93 atendido até o momento, e que o Procurador da AMPREV já está providenciando o  
94 acionamento judicial. Dr. **Weber Mendes**, se apresentou e informou que a época da  
95 CPI estava como Procurador interino, e os documentos que não foram atendidos eram  
96 dos anos em que o Comitê existia normativamente, mas não atuava e não produzia  
97 documentos até o ano de 2008, esse fato foi passado para ao Juiz da 6ª vara da  
98 fazenda pública, e entregou-se todas as documentações importantes solicitadas e  
99 algumas originais, apesar de não ter sido informado formalmente o local da entrega,  
100 como não foi dado prazo para a CPI trabalhar as documentações a Projur calculou um  
101 prazo razoável e manteve contato com o secretário da Comissão. Falou que algumas  
102 documentações não foram devolvidas e foi informado em juízo a importância das  
103 documentações cedidas, para que fosse devolvida a documentação, hoje se encontra  
104 ainda na 6ª Vara e a pendência é a determinação do juiz para que seja devolvida as  
105 documentações. O Conselheiro **Paulo Madeira** falou que a época da CPI era juiz no  
106 caso também, porém ao assumir titularidade no CEP se afastou e não sabe do

107 andamento do processo, mas concorda com o posicionamento demonstrado pelo Dr.  
108 Weber do pedido de devolução documental. O Presidente falou que neste momento  
109 não irá intentar juridicamente no caso da CPI, que irá tomar medidas administrativas  
110 para informações junto a Assembleia sobre o relatório final. O Conselheiro **Luiz**  
111 **Afonso** concordou com a medida administrativa. O Conselheiro **Ladilson** reafirmou o  
112 pedido das atas, visto que não foram entregues á CPI por não estarem prontas, e que  
113 fosse estabelecido prazo para uma equipe da AMPREV atualizar. O Conselheiro  
114 **Edinho Duarte** pediu a palavra para saudar o presidente interino, e falou da sua  
115 preocupação sobre a deliberação nas reuniões sem que haja ata de reunião anterior.  
116 Sugeriu que no quarto item da pauta fosse sempre a apreciação da ata da reunião  
117 anterior. E com relação a CPI falou que não é estranho a CPI reter documentos  
118 enquanto não for feito relatório final, estranho seria se estivesse retendo documentos  
119 quando já houvesse relatório. E sugeriu que nada impede de que se façam visitas a  
120 comissão de investigação para colher informações. O **Presidente** manteve seu  
121 posicionamento de medidas administrativas e se dispôs a visitar a Assembleia para  
122 saber sobre o andamento do relatório e documentações da AMPREV. **PAUTA ITEM**  
123 **06 - Informações sobre a celebração de Termo de Cooperação Técnica e**  
124 **Encontro de Contas com o Tribunal de Justiça e Ministério Público;** O Presidente  
125 pediu a Assessora Técnica Nelysângela que é responsável por estas informações para  
126 atender ao item. O Conselheiro **Ladilson** pediu que fosse registrada a presença do  
127 Presidente do Sindicato dos Serventuários da Justiça do Estado do Amapá Jucenildo  
128 Moura. A assessora **Nelysângela** se apresentou e informou que foi incumbida de  
129 cuidar dos encontros feitos com o TJAP e MPE, e percebeu não havia um  
130 procedimento definido para tratar essas compensações, informou que a ultima  
131 presidência assinou o termo nº001/2011 com o TJAP e logo em seguida assinou o  
132 termo nº 002/2011 com o MPE. Trabalhou-se o Termo nº 001/2011 com prazos para  
133 atender ao MPE, para que todos os procedimentos adotados neste termo fossem  
134 estendidos ao Termo nº 002/2011, foi entregue o relatório final ao TJAP, foi adotado  
135 critério para verificação da aprovação dos benefícios temporários a serem  
136 compensados. Além da Lei 915, foi adotado critérios para que fossem atendidos os  
137 preceitos da lei. Informou que foi feito resposta com essas informações que será  
138 entregue a todos os membros, que é um documento de sugestão para com o termo do  
139 TJAP, que irá responder posteriores dúvidas que se possa ter sobre o termo do MPE.  
140 O **Presidente** informou que não tem conhecimento até o momento sobre o andamento  
141 dos trabalhos por isto pediu a Assessora Nelysângela as informações. O Conselheiro

142 **Edinho Duarte** perguntou se algum outro poder reivindicou. A Sra. **Nelysângela**  
143 respondeu que foi contatado com a Assembleia, com o Governo do Estado. Informou  
144 que pela falta de procedimentos não se pode assinar todos os termos de uma única  
145 vez, pois dificulta a resposta ao CEP. O Conselheiro **Edinho Duarte** sugeriu que os  
146 demais poderes fossem provocados novamente para resolver as pendências ainda  
147 esse ano com os termos. O Conselheiro **Fernando**, falou que o ex Conselheiro  
148 Constantino trazia informações sobre os termos, e que vem acompanhando os  
149 encontros, e sugeriu que fossem feitos todos os encaminhamentos devidos, e expos a  
150 sua preocupação é de que existe em aberto a contribuição do empregado, o que traz a  
151 questão da improbidade clara e direta da retenção de uma valor que não lhe pertence,  
152 e como papel fundamental preservar este patrimônio seria interessante dar andamento  
153 nesse encaminhamento de resultados que já foram feitos juntamente com o apoio da  
154 Procuradoria sobre a possibilidade de se fazer isto, visto que o termo foi apenas  
155 assinado e os trabalhos não inicializados juntamente com as sugestões apresentadas  
156 pelo Sr. Edinho Duarte. O Conselheiro **Luiz Afonso** falou que dentro da sugestão do  
157 conselheiro Edinho Duarte fosse verificado a demanda do encontro do TJAP que  
158 desde o ano passado foi feito o levantamento, e o Termo assinado pelo Governo  
159 agora existem algumas coisas que estão sendo devolvidas por exemplo a questão dos  
160 professores que já estava dentro do acordo estabelecido, e existem coisas que foram  
161 pagas em duplicidade, e imagina-se isto dentro da compensação, por isso precisaria  
162 fazer esse levantamento como o trabalho feito no TJAP, falou que ao seu ver isto é  
163 fundamental, levar esse papel aos demais poderes, pensando no tempo em que se  
164 leva para fazer um trabalho dessa magnitude pois não é fácil. O Conselheiro  
165 **Fernando** Cesar fez uma colocação de que naquele momento de levantamento houve  
166 comissão para fazer este trabalho. O Conselheiro **Luiz Afonso** ressaltou que a  
167 decisão de 2010 do termo de acordo não foi repassada ao CEP. O Conselheiro  
168 Fernando respondeu que já foi feito requerimento pedindo esta informação. O  
169 Presidente disse que no seu ponto de vista sobre a compensação, o que falta é  
170 acertar o procedimento de compensação, a parte dedutível, que é de competência  
171 entrar no acordo com a parcela dedutiva, e segundo a diretoria de benefício é um  
172 calculo que tem que ser acertado e pediu que ela, a sra. Alessandra fizesse uma breve  
173 explanação sobre isto. O Conselheiro **Fernando** falou a AMPREV apresenta a guia  
174 fechada, que dificulta o recolhimento. A Diretora de Benefícios **Alessandra** falou que  
175 apesar da guia estar fechada, mas se esta informação estivesse em tempo hábil na  
176 Divisão de Arrecadação seria possível ser compensada e ir para a guia, e o que

177 realmente esta precisando ser fechado é a forma que se dará o procedimento por que,  
178 no TJAP está sendo feita essa compensação, a AMPREV emite a guia com a  
179 homologação do benefício temporário e quando chega no TJAP já tem esse controle,  
180 então tanto a parte da AMPREV quanto a do TJAP ambos tem esse controle do auxílio  
181 doença e do salário maternidade. Houve duas compensações e do ano 2011 e 2012  
182 está atrasado, sendo que a AMPREV está procedendo gerando uma folha de  
183 benefício temporário para fazer um levantamento de tudo que foi concedido tanto no  
184 auxílio doença como no salário maternidade, para haver um montante que possa ser  
185 visto o valor que vai ser descontado em guia de recolhimento, e esse procedimento é  
186 o que será feito não só no Poder Executivo mas também no Legislativo, Judiciário e  
187 TCE. O **Presidente** falou que pela falta de dedução gera esse trabalho. A Conselheira  
188 **Xirlene** falou que o primeiro passo e principal é modificar a guia para não haver mais  
189 esse trabalho, e sempre os Poderes vão estar nessa condição de não saber se devem  
190 ou não para a AMPREV, falou que a questão básica é mão de obra, que não entende  
191 por que não é feito o concurso, para ter-se mão de obra para isto, onde não vai haver  
192 segregação de função que gera problemas que estamos vivenciando desde a ata das  
193 reuniões até a guia de recolhimento. O Conselheiro **Edinho Duarte** perguntou se os  
194 dois termos que foram feitos com o Governo do Estado foram submetidos á  
195 apreciação do CEP. A Diretora **Alessandra** respondeu que sim foram submetidos,  
196 sendo a primeira compensação, já a segunda foi submetida, mas não foi aprovada. O  
197 Conselheiro **Edinho Duarte**, falou da elaboração de novo projeto de estrutura da  
198 AMPREV, e que este Conselho precisa ter estrutura, este conselho tem decisões de  
199 extrema importância para tomar que precisam de apoio e estrutura, e se colocou a  
200 disposição para que o projeto seja enviado a Assembleia, convidou os Conselheiros  
201 para discutir e aprovar. O **Presidente** falou que seu desejo hoje como gestor da  
202 AMPREV, é dar força aos colegiados, e quanto a situação da compensação não existe  
203 um procedimento, e que tem de haver um procedimento administrativo regulamentado.  
204 A Diretora **Alessandra** falou que é importante criar um regulamento. O Conselheiro  
205 Fernando ressaltou que já foi feito esse pedido anteriormente pela ex-servidora Ivana  
206 Contente, e que após não foi dado continuidade. A Diretoria frisou que após a revisão  
207 do ex Conselheiro relator do processo deste caso pediu ajustes ortográficos, mas não  
208 retornou para aprovação do CEP. O Conselheiro **Fernando** pediu que fosse verificada  
209 a minuta da resolução e trazido para pauta próxima, frisou a necessidade de se haver  
210 uma norma, e disse que a lei não diz que tem de ser feito pedido para compensação a  
211 alguém, é a própria empresa que faz o recolhimento. O Conselheiro **Paulo Madeira**

212 com relação ao que está pendente o que estiver explicitado pelos técnicos do que tem  
213 de ser compensado não pode o CEP ir contrário, no caso de a amprev ter de fazer a  
214 compensação e que a sugestão da Conselheira Xirlene deve ser atendida. O  
215 Conselheiro **Lourival Pinheiro** falou que o que realmente está faltando é vontade  
216 política, visto quanto tempo que o CEP vem discutindo esse mesmo assunto,  
217 buscando responsabilidade, onde a responsabilidade cabe a todos tanto para a  
218 AMPREV quanto aos demais poderes e órgãos, e por fim não se decide  
219 absolutamente nada enquanto o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, não quiser  
220 compor e fazer o ajustamento; o problema não é a falta de técnico, é a falta de decisão  
221 política de sentar e resolver o problema. Desde o ano passado se discute esta matéria  
222 no CEP e até hoje não se avançou nada. Tem que se conversar com os poderes e  
223 definir esta questão. O **Presidente** concordou com o Conselheiro e quanto à situação  
224 de regularidade quanto à cobrança, disse que a o benefício tem condições de verificar  
225 junto com a Divisão de arrecadação, no sistema que emite as guias como isso pode  
226 ser já trabalhado e aplicado para que se evite que acabe virando uma bola de neve,  
227 sendo que hoje não se tem feito o encontro de contas. E disse que já irá correr atrás  
228 do que tem de ser compensado ou não. O Conselheiro **Ladilson** fez requerimento  
229 oral sobre o relatório final concluído no dia 26/10/2012 que foi encaminhado ao TJAP,  
230 que ele seja encaminhado a cada um dos conselheiros para todos possam tomar  
231 conhecimento para quando for deliberar sobre a matéria já sabiam o que foi tratado  
232 com o TJAP. **PAUTA – ITEM 04 - Aprovação de indicação da servidora Aline**  
233 **Trajano de Oliveira para substituir o Sr. Carlos de Oliveira no Comitê de**  
234 **Investimentos/AMPREV;** O Presidente fez a apresentação da servidora Aline Trajano  
235 de Oliveira, que possui a certificação do CGRPPS, curso CPA-20, foi indicada pela  
236 AMPREV, aprovada no Comitê de Investimentos, e pediu a palavra do atual  
237 coordenador do Comitê para falar com relação a servidora. O Conselheiro **Damilton**,  
238 atual coordenador frisou que a servidora já atuou em substituição outras vezes, e que  
239 contribui nas reuniões do CIAP, e que é uma excelente indicação. O Conselheiro  
240 **Paulo Madeira** ressaltou que não houve a indicação por um pedido seu, e que é  
241 importante a presença da servidora. O Conselheiro **Edinho Duarte**, falou que a  
242 indicação já dispensa outro tipo de avaliação, mas sugeriu que a rigor houvesse um  
243 currículo para apreciação do CEP, e pediu que a servidora se apresenta para depois  
244 haver a aprovação. A servidora **Aline Trajano** se apresentou informando que é  
245 formada em Comunicação Social, está concluindo o curso de Direito, trabalha na  
246 Divisão de Controle Atuarial e Mercado a três anos, falou que entende a exigência de

247 sua presença que também é importante para ela conhecer a todos. O Conselheiro  
248 **Fernando César**, falou que a servidora junto com o Presidente tem o controle de  
249 todos o investimentos da AMPREV, e possuem contatos com os gestores, e a  
250 servidora faz a coleta das informações que irão ser utilizadas nas reuniões, falou que a  
251 servidora é competente e que a indicação é merecida. O Presidente colocou para  
252 aprovação a indicação **Deliberação: Por unânime decisão a servidora passa a ser**  
253 **membro do Comitê de Investimentos da AMPREV. O Conselheiro Ladilson saudou a**  
254 **servidora desejando boa sorte nos trabalhos a serem desenvolvidos, desejando os**  
255 **votos de atuação com a mesma veemência com que vem atuando. PAUTA ITEM 07 -**  
256 **Informações sobre os pagamentos das devoluções de descontos incidentes**  
257 **sobre a Gratificação do Ensino Modular/GEM, aos servidores do Grupo**  
258 **Magistério;** O Presidente pediu a presença da Diretora Financeira Sra. Francicleide  
259 para prestar essas informações. A Diretora **Francicleide** iniciou informando que essas  
260 informações foram feitas através do requerimento conjunto dos conselheiros nº  
261 006/2012, foi entregue a todos uma planilha com relação dos servidores, dividas em  
262 cores, onde as pessoas marcadas em branco são professores que receberam esse  
263 ressarcimento através dos advogados que deram entrada no SINSEPEAP, as pessoas  
264 marcadas em amarelo são as pessoas que receberam através de advogado particular,  
265 na ultima folha há um quadro demonstrando os percentuais de cada cor. Os servidores  
266 que entraram pelo sindicato foi homologado no Fórum que a AMPREV deve fazer a  
267 retenção do valor e repassar para os advogados e dos servidores que entraram de  
268 forma administrativa. Foram pagos no período de novembro e dezembro de 2011 o  
269 valor de R\$ 3.529.744,90 para os professores. R\$ 2.575.409,97 foi no período de  
270 janeiro, março, maio e setembro de 2012, totalizando R\$ 6.105.154,87, foram 515  
271 professores que receberam o ressarcimento. Falou que a forma de pagamento se deu  
272 da seguinte maneira, as pessoas que recebiam até R\$5.000,00 foi pago de uma única  
273 vez, isto foi acertado em reunião com os advogados e professores, consta consignado  
274 em ata, quem recebia até R\$ 10.000,00 foi pago de duas vezes e assim por diante,  
275 sendo R\$5.000,00 por parcela. Ao que se refere ao imposto de renda, foi deduzido o  
276 imposto de renda, sendo que os professores foram a Receita Federal e foi repassado  
277 a eles que não haveria descontos de imposto. A AMPREV foi junto com eles á Receita  
278 obter estas informações e foi dito que não haveria desconto. E a AMPREV fez a  
279 devolução do valor retido na primeira parcela, e abriu espaço para dúvidas dos  
280 conselheiros. O Conselheiro **Damilton** perguntou se haviam pendências. A Diretora  
281 informou que as pendências são de professores que deram entrada, mas faleceram, e



282 isso se trata de questão judicial, e são somente três processos pendentes com este  
283 mesmo caso que se aguarda o inventário para efetuar o pagamento. O Conselheiro  
284 **Ladilson** pediu uma questão de ordem para parabenizar a equipe da AMPREV por  
285 solucionar este problema. O Conselheiro **Lourival** perguntou sobre os casos em que  
286 foram requeridos através de advogado retroagiram quantos anos, e os casos  
287 administrativamente se foi aplicado o princípio da presunção. A Diretora **Francicleide**  
288 pediu que o Dr. Weber se manifestasse. O Dr. **Weber** em apreciação do pedido pelo  
289 CEP, o Sr. Constantino Brahuna então relator do caso, entendeu que aquela  
290 gratificação em que pese à lei afirma que é remuneratória tinha caráter indenizatório.  
291 Após o CEP votou pela devolução, e o primeiro passo decidido era a aplicação da  
292 prescrição, que foi utilizado o art. 1.113/915, porém o primeiro pedido que foi feito não  
293 tinha 5 anos. O Conselheiro **Lourival** disse que então a regra da prescrição prevalece  
294 para os credores e não para os devedores, quem deve para a AMPREV não  
295 prescreve, mas para quem a AMPREV deve prescreve. Dr. **Weber** falou que a única  
296 previsão na Lei 915, é no art. 113, que foi retirado do p. único do art. 105 da Lei  
297 8.212/8.213, foi eleito como norma autônoma no *caput* e ao seu entendimento  
298 tecnicamente este artigo é totalmente inaplicável ao caso da AMPREV, mas enquanto  
299 administração pública pelo princípio da legalidade foi aplicado. A Conselheira **Xirlene**,  
300 falou que não se tratava de débito previdenciário como dito pelo Conselheiro Lourival,  
301 foi uma contribuição indevida. **PAUTA ITEM 08 - Informações sobre o Termo de**  
302 **Ajustamento de Conduta/TAC, do Ministério Público do Trabalho, e o andamento**  
303 **dos encaminhados de alteração de legislação referente a proposta da estrutura**  
304 **Organizacional da AMPREV, e, os encaminhamentos quanto á realização de**  
305 **Concurso Público.** O presidente ressaltou que já tentou fazer contato inicial junto a  
306 Procuradoria Geral do Estado quanto a essa situação, e está aguardando  
307 agendamento para conversar com o Procurador Geral para verificar esse TAC em  
308 relação ao andamento do Concurso Público, visto que assumiu a pouco tempo e ainda  
309 não obtém informações necessárias para repassar aos CEP. Sobre a reestrutura da  
310 Lei, já foi encaminhado ao Palácio que já encaminhou o projeto para a Procuradoria  
311 Geral do Estado, que tem de ser verificado, e o que se tem informação no momento é  
312 que esse processo de reestruturação da AMPREV foi dividido em três partes, e que a  
313 primeira parte já foi encaminhada inclusive para aprovação na Assembleia com  
314 relação ao parcelamento de débito e outros, que entrarão em votação. Os outros dois  
315 ainda vão ser vistos. O Conselheiro **Edinho** falou que o processo de reestruturação  
316 tem impacto no orçamento, era importante ser aprovado esse ano. O Presidente pediu

317 que após a conversa com o Procurador pudesse ser feito novamente esse item de  
318 pauta. O Conselheiro **Fernando** lembrou que em 2010, foi aprovada a proposta da  
319 questão estrutural da AMPREV, e a informação que se tem é de que a estrutura feita  
320 pelo ultimo gestor é divergente da que foi aprovada pelo Conselho. A Conselheira  
321 **Xirlene** perguntou se o estudo que estava sendo feito por empresa terceirizada para a  
322 estruturação foi concluída. O **Presidente** respondeu que foi concluída e utilizada. O  
323 Dr. **Weber** fez pontuações sobre a realização do TAC, onde a seu ver o TAC não foi  
324 executado em virtude da natureza jurídica da AMPREV, que é constituída de serviços  
325 social autônomo e tem a personalidade jurídica de direito privado, e dia 05/05/12 o  
326 Tribunal Superior do Trabalho entendeu que não é preciso concurso público para se  
327 fazer cumprir os quadros de serviço social autônomo, e por isto ainda não deve ter  
328 sido executado por não haver decisão certa sobre a exigência do concurso para  
329 serviço social autônomo. E essa notícia que ele traz para os Conselheiros, que a  
330 qualquer momento podem ser surpreendidos pela execução do TAC e disse que  
331 enviará as atas das reuniões a cada um dos conselheiros. O Conselheiro **Ladilson**  
332 comentou a respeito dizendo que o CEP anterior fez o seu papel, e vai completar 2  
333 anos que a proposta está nas mãos do Poder Executivo, a responsabilidade pela  
334 execução do TAC não será da AMPREV, e sim dos cofres da Fazenda Pública.  
335 **PAUTA ITEM 09 - Informações sobre o andamento da Proposta Orçamentária da**  
336 **AMPREV para o Exercício de 2013.** O Presidente ressaltou que veio para a  
337 aprovação do conselho, porém não houve quórum para aprovação, e será  
338 encaminhada a todos a proposta orçamentária detalhada de 2013. O Conselheiro  
339 **Fernando** pediu que para o exercício de 2014 seja adotado o acompanhamento  
340 atencioso dos prazos, para chegar aos órgãos competentes. A Conselheira **Xirlene**  
341 lembrou que fosse feito o calendário de 2013, para ser cumprido melhor  
342 ordinariamente os trabalhos necessários, quanto a questão da estrutura da AMPREV,  
343 tem que aperfeiçoar a estrutura, e a AMPREV por simetria segue as regras de uma  
344 autarquia, expos sua preocupação da legalidade da Instituição e estrutura de  
345 contratação, e parabenizou ao Presidente pela indicação interina e se dispôs ao que  
346 for necessário, e desejou boas vindas. O Conselheiro **Edinho** fez considerações sobre  
347 a proposta orçamentária que não foi cumprida a tempo, falou que representa a  
348 Assembleia e vem dando sua modesta contribuição, e se declarou não ser especialista  
349 no assunto, disse não imaginar um conselho com trabalho voluntário, um trabalho  
350 gracioso, disse que cometeram um erro ao retirar a remuneração do Conselho, onde  
351 todos discutem sobre assuntos de extrema importância, o gestor para tomar decisões

352 precisa de técnicos e apoio especializado, este processo que esta na Procuradoria  
353 Geral deve ser revisto ou acompanhamento juntamente com a Procuradoria para incluir a  
354 remuneração do CEP e acessória técnica para cada conselheiro, e renovou seus votos  
355 de boas vindas ao novo Presidente. O Conselheiro **Luiz Afonso** disse que para o ano  
356 que vem o trabalho para o orçamento deve ser feito de abril em diante, verificando um  
357 cronograma para se estabelecer para isso, e parabenizou o Presidente pela  
358 interinidade, e elogio a metodologia utilizada pelo Presidente. O Conselheiro  
359 **Fernando** fez observação de que fosse apresentado o novo Procurador Jurídico da  
360 AMPREV. O **Presidente** apresentou o Procurador **Eduardo Edson**, que se  
361 pronunciou se apresentando, e teceu alguns comentários sobre o seu currículo, e falou  
362 sobre a estrutura da AMPEV que comunga da mesma visão apontada pela  
363 Conselheira Xirlene, e se dispôs a ajudar no que preciso aos Conselheiros. O  
364 Conselheiro **Ladilson** pediu que bimestralmente fossem apresentados pela  
365 Procuradoria Jurídica os relatórios dos processos em que a AMPREV é parte. O  
366 Conselheiro **Paulo Madeira** elogiou o novo Procurador e disse que a AMPREV está  
367 muito bem representada e defendida pelo Sr. Eduardo que é competente, e reafirmou  
368 que a Instituição está muito bem defendida e o parabenizou. O Conselheiro **Fernando**  
369 **César** falou do competente trabalho já exercido pelo Sr. Presidente, o parabenizou e  
370 se dispôs assim como os outros conselheiros a ajudar no que for preciso para o  
371 andamento dos trabalhos. **PAUTA ITEM 10 – Comunicação da Presidência;** O  
372 Presidente informou do acontecimento do CONAPREV nos dias 06 e 07 de dezembro  
373 no museu sacaca, que tratará dos militares, fez o convite aos conselheiros para  
374 participar como ouvinte, e se houver interesse no dia 03 será feita a inscrição. Não  
375 havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a  
376 participação de todos, e encerrou a reunião, da qual eu, Gleysiane Maria Santana  
377 dos Reis, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros  
378 presentes e por mim própria. Macapá-AP, 29 de novembro de 2012.

379  
380 Carlos Roberto dos Anjos Oliveira: \_\_\_\_\_  
381 **Presidente do Conselho.**

382  
383 Fernando Cezar Pereira da Silva: \_\_\_\_\_  
384 **Vice-Presidente do Conselho e Membro Titular, representante dos servidores do**  
385 **Ministério Público.**

386  
387 Ivone Regina Mussi Tostes: \_\_\_\_\_  
388 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**

389  
390 Luiz Afonso Mira Picanço: \_\_\_\_\_

- 391 **Membro Suplente, representante do Poder Executivo.**  
392  
393 Paulo César do Vale Madeira: \_\_\_\_\_  
394 **Membro Titular, representante do Tribunal de Justiça.**  
395  
396 Jorge Evaldo Edinho Duarte Pinheiro: \_\_\_\_\_  
397 **Membro Titular, representante da Assembleia Legislativa.**  
398  
399 Damilton Barbosa Salomão: \_\_\_\_\_  
400 **Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.**  
401  
402 Rildo Frederico Ferreira: \_\_\_\_\_  
403 **Membro Suplente, representante dos servidores Cíveis Ativos.**  
404  
405 Ladilson Costa Moita: \_\_\_\_\_  
406 **Membro Titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**  
407  
408 Lourival Pinheiro Borges: \_\_\_\_\_  
409 **Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.**  
410  
411 Xirlene do Socorro da Costa: \_\_\_\_\_  
412 **Membro Titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**  
413  
414 Gleysiane Maria Santana dos Reis: \_\_\_\_\_  
415 **Secretária do Conselho**